

ESTUDOS E PESQUISAS Nº 348

Uma Avaliação do Atual Processo de Inclusão Social no Brasil

Roberto Cavalcanti de Albuquerque*

XXII Fórum Nacional 2009 -
Na Crise, Brasil, Desenvolvimento de uma Sociedade Ativa e Moderna
(Sociedade do Diálogo, da Tolerância, da Negociação), “Programa Nacional
de Direitos Humanos”. E Novos Temas
17 e 20 de maio de 2010



* Diretor Técnico do Fórum Nacional.

Versão Preliminar – Texto sujeito à revisões pelo(s) autor(es).

Copyright © 2010 - INAE - Instituto Nacional de Altos Estudos. Todos os direitos reservados. Permitida a cópia desde que citada a fonte. *All rights reserved. Copy permitted since source cited.*

INAE - Instituto Nacional de Altos Estudos - Rua Sete de Setembro, 71 - 8º andar - Rio de Janeiro - 20050-005 - Tel.: (21) 2212-5200 - Fax: (21) 2212-5214- E-mail: forumnacional@inae.org.br - web: <http://forumnacional.org.br>

Uma avaliação do atual processo de inclusão social no Brasil

(VERSÃO PRELIMINAR)

Roberto Cavalcanti de Albuquerque*

O Brasil vem vivenciando nas últimas décadas processo continuado de progresso social. Esse fenômeno, quando aferido pelo Índice de Desenvolvimento Social, IDS,¹ revela que o País cresceu a 2,1% ao ano em 1970-2008 (IDS de 3,74 em 1970 e 8,13 em 2008). Nesse mesmo período, o PIB per capita evoluiu a 2,3% (foi de R\$ 7,43 mil em 1970 e R\$ 16,61 mil em 2008),² o desenvolvimento social de longo prazo afigurando-se, portanto, compatível ao desempenho econômico alcançado.

A performance social brasileira foi mais expressiva na década de 1970, quando o IDS avançou de 3,74 para 5,60, ou seja, a 4,1% anuais. Como esse crescimento foi inferior ao do PIB per capita, que avançou a 6,09% a.a., pode-se especular que, naqueles anos, o Brasil não teria tirado o devido partido da riqueza gerada pela economia para progredir mais socialmente. Já nos anos de chumbo para o crescimento, as décadas de 1980 e 1990, a virtual estagnação do PIB per capita, que se mexeu a apenas 0,18% ao ano, não impediu evolução do IDS de 1% anual (dos mencionados 5,60 em 1980 para 6,87 em 2000). Mais recentemente (2000-2008), à medida que a produção nacional se aquecia, embora a fogo ainda baixo, o PIB per capita expandiu-se 2,3% a.a. –, os avanços sociais também esquentaram, com o IDS avançando no mesmo ritmo (2,3% anuais) e atingindo 8,13 nesse último ano.

O IDS tem se revelado ferramenta útil ao exame da trajetória e características do desenvolvimento social no País, suas regiões e estados – seja em nível agregado

* Diretor técnico do Fórum Nacional.

¹ O IDS, indicador sintético integrado por cinco componentes, saúde, educação, trabalho, rendimento e habitação, exprime-se por uma nota varia hipoteticamente entre zero e dez. No ano de 2007, notas iguais ou maiores que 8,50 (as de Santa Catarina ou da região Sul, por exemplo) refletiam situações de alto desenvolvimento social. Notas menores que 8,50 e iguais ou maiores que 7,50 (como as do Brasil e de Minas Gerais) indicavam médio-alto desenvolvimento social. Notas menores que 7,50 e iguais ou maiores que 5,00 (as do Nordeste e seus estados), correspondiam a médio-baixo desenvolvimento social. E notas menores que 5,00 (a mais baixa entre elas, relativa a Alagoas, foi 6,65) conotavam baixo desenvolvimento social. Cf. ALBUQUERQUE & PESSOA, p.593-642.

² Fonte para os dados de PIB per capita: IPEADATA.

(através do IDS), seja desagregado (pelos seus cinco componentes, os Índices de Saúde, Educação, Trabalho, Rendimento e Habitação, e os doze subcomponentes).³

O objetivo deste estudo é conceber e construir um Índice de Inclusão Social, IIS, que seja capaz de propiciar visões, sintética e analítica, do processo de inclusão social ocorrido no Brasil, suas regiões e estados nos últimos anos.

O CONCEITO DE INCLUSÃO SOCIAL

A ideia democracia moderna assenta-se em três princípios fundamentais.

O primeiro deles é o da soberania popular, pelo qual, no dizer de Montesquieu, “o corpo do povo” (a comunidade política) “tem o poder soberano”.⁴

O segundo princípio é o da outorga pelo povo (o eleitorado), mediante processo de escolha regulado (as eleições), de parcela do poder político a representantes seus, com mandatos de duração definida e periodicamente renováveis. Os autores de *O federalista* (1787-8), Alexander Hamilton, James Madison e John Jay, chamam esse sistema “governo popular” ou “governo republicano”.⁵ John Stuart Mill denomina-o “governo representativo”, considerando-o, “idealmente, a melhor forma de governar”.⁶ Para ele “não deve haver párias em uma nação civilizada e madura, nem pessoas desqualificadas, salvo por sua própria culpa”.⁷

Pelo terceiro princípio da democracia moderna, o poder político, sobre ser exercido direta ou indiretamente pelo povo, deve ser empregado em seu benefício. Ele foi enunciado por Péricles em 430 a.C. quando disse que Atenas era uma democracia porque seu governo beneficiava os muitos e não os poucos.⁸ Uma democracia, a ateniense, direta é certo, mas na qual o povo era constituído apenas pelos homens com mais de 20 anos, excluídos as mulheres, os escravos, os estrangeiros: algo como 30 mil cidadãos no tempo de Péricles, 12% dos 250 mil

³ Vejam-se a esse propósito, além de ALBUQUERQUE & PESSOA, citado, os estudos, igualmente publicados pelo Fórum Nacional, ALBUQUERQUE 2008 e ALBUQUERQUE 2005.

⁴ “Lorsque, dans la république, le peuple en corps a la souveraine puissance, c’est une démocratie”. Cf. MONTESQUIEU, v. 1, parte I, livro II, capítulo 2, p. 39.

⁵ Veja-se, por exemplo, *THE FEDERALIST*, n. 10 (Madison), p. 51; n. 9 (Hamilton), p.48.

⁶ MILL, p. 341.

⁷ MILL, p. 382.

⁸ Cf. TUCÍDIDES, Livro 2, p. 396.

habitantes de Ática.⁹ Aos pensadores do século XVIII um mínimo de suficiência econômica pareceu condição essencial ao exercício do voto e, portanto, à democracia. Hamilton afirma que “um poder sobre a subsistência de um homem equilibra a um poder sobre sua vontade”.¹⁰ No mesmo sentido, Kant considera que o voto “pressupõe a independência ou auto-suficiência do indivíduo”.¹¹

Fundamentado nesses princípios, o pensamento político evoluiu no século XIX para considerar que a democracia deve realizar-se também em termos econômicos e sociais – de modo a evitar que ela abrigue, ou até estimule, desigualdades e injustiças, assim viciando a liberdade política.¹² Como corolário dessa evolução conceitual, passou-se a postular do Estado um sistema de educação tão universal quanto o direito do voto, além de capaz de assegurar um padrão mínimo de escolaridade a todos. Na visão dos séculos XVIII e XIX, somente a “educação liberal” – liberal porque voltada para formar o bom julgamento e a consciência crítica, ou seja, a inteligência do homem livre – é capaz de capacitar o indivíduo para o exercício da cidadania em geral, e do direito do voto em particular.¹³ Sendo necessário que o Estado se capacite para prover a todos igualdade de oportunidades educacionais.¹⁴

Ao longo do século XX generalizou-se mundialmente a ideia e a prática da democracia política, social e econômica, capaz de assegurar amplamente direitos de participação em sociedade aberta e de garantir a todos inserção produtiva geradora de renda suficiente. Tendo se encorpado no final do século nova onda de globalização e emergido, com a informativa e telemática, sociedade e economia apoiadas no conhecimento e na informação.¹⁵

O conceito de inclusão social deita raízes nessas ideias e práticas, cabendo para os propósitos deste estudo captar três dimensões essenciais dele.

⁹ Trata-se da população estimada no tempo de Péricles. Veja-se sobre o assunto HIGNETT.

¹⁰ *THE FEDERALIST*, n. 79 (Hamilton), p. 233.

¹¹ KANT, p. 436.

¹² Cf. ADLER & GORMAN, v. 1, p. 303-10.

¹³ Cf. ADLER & GORMAN, v.1, p. 224.

¹⁴ Veja-se MILL, op. cit., p. 330, 339 e 381.

¹⁵ Para exame mais detido dos princípios da democracia moderna, ver ALBUQUERQUE, 2009.

A primeira delas exprime-se na chamada inserção econômica. Ela se dá por ocupação produtiva estável e social protegida, além de geradora de renda suficiente ao atendimento das necessidades básicas em economia dinâmica onde a renda e a riqueza sejam bem distribuídas. A segunda é a inserção educacional, entendida como a aquisição, sobretudo na escola em seu sentido amplo, das habilidades e qualificações necessárias para viver e participar em economia e sociedade baseadas no conhecimento e informação. E a terceira dimensão diz respeito à inclusão digital, ou seja, ao acesso às ferramentas da informática e telemática, o que supõe o domínio, por meio da educação, dos códigos e linguagens a tanto necessários.

O ÍNDICE DE INCLUSÃO SOCIAL, IIS

O IIS, calculado para o Brasil, suas cinco grandes regiões, as três situações de domicílio (rural, urbana e metropolitana) e as 27 unidades da Federação, intenta mensurar a inclusão social tal como acima concebida. Ele é bastante abrangente, sendo integrado por três componentes e 12 subcomponentes.

O componente Emprego e Renda, que gera Índice de Inserção Econômica, é calculado a partir de quatro subcomponentes ou indicadores: a taxa de ocupação, ou seja, a percentagem da PEA ocupada; a taxa de formalização do emprego, ou seja, a percentagem dos empregados remunerados com carteira assinada; a proporção de não pobres na população; e o coeficiente de igualdade, ou seja, o complemento para 1 do Coeficiente de Gini.

O componente Educação e Conhecimento (que se expressa em Índice de Inserção Educacional) é representado por quatro subcomponentes: a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais; a percentagem das pessoas com 15 anos ou mais e com 4 anos ou mais de estudo; a percentagem das pessoas com 20 anos ou mais e 9 anos ou mais de estudo; e a percentagem das pessoas de 24 anos ou mais e 12 anos ou mais de estudo.

O componente Informação e Comunicação (de que decorre Índice de Inclusão Digital), é obtido a partir de quatro indicadores: o percentual dos domicílios com microcomputador; o percentual dos domicílios com acesso à Internet; o percentual dos domicílios com televisão; e o percentual dos domicílios com pelo menos um telefone, fixo ou celular.¹⁶

¹⁶ Para o cálculo do IIS, ver o Anexo Metodológico.

O ISS foi calculado com base em tabulações especiais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Pnad, do IBGE, para os anos de 2001 e 2008, dispondo-se de estimativa para 2009 obtida mediante projeção da tendência evolutiva observada entre 2001 e 2008.¹⁷

O IIS, VISÃO DE CONJUNTO

A tabela 1 apresenta a escala da inclusão social no Brasil (total, rural, urbano e metropolitano), regiões (total, rural, urbano e metropolitano), e estados (inclusive o Distrito Federal), para 2008, por ordem decrescente do IIS de 2008. Dez dessas situações sociais obtêm grau de inclusão social considerado médio-alto (IIS menor que 8,50 e igual ou maior que 7,50); 29 situações, inclusão social considerada médio-baixa (IIS menor que 7,50 e igual ou maior que 5,00); e onze outras, inclusão social considerada baixa (IIS menor do que 5,00).¹⁸

Desponta em primeiro lugar o Sul metropolitano (que corresponde às grandes Curitiba e Porto Alegre), com IIS de 8,30, seguido de Santa Catarina (8,25) e Distrito Federal (8,16), que corresponde ao Centro-Oeste metropolitano. O Brasil ocupa o 20º. lugar, com IIS de 6,56 (médio-baixo); o Brasil metropolitano, o 11º. lugar (IIS: 7,49, médio-baixo); o Brasil urbano, o 15º. (IIS 6,75, médio-baixo); e o Brasil rural, o 48º. lugar (IIS: 4,00, baixo). Por regiões, a ordem segundo o IIS é encabeçada pelo Sul (IIS de 7,75), seguido pelo Sudeste (7,48), Centro-Oeste (6,62), Norte (5,60) e Nordeste (4,80). Por estados, os três primeiros lugares estão ocupados por Santa Catarina (8,25), São Paulo (7,87) e Paraná (7,75), os três últimos, por Alagoas (4,36), Piauí (4,43) e Maranhão (4,54). O gráfico 1 retrata a escala da inclusão social no Brasil em 2008, deixando evidente a predominância de graus de inclusão considerados médio-baixos.

Para o Brasil, o crescimento médio anual do IIS foi de 5,3% em 2001-2008, muito superior ao do PIB per capita no mesmo período (2,3%).¹⁹ As taxas de crescimento do IIS correlacionam-se inversamente aos níveis de IIS alcançados, sendo tendencialmente menores nos IIS médio-altos (entre 5,7% e 4,1% a.a.) e maiores nos IIS baixos (entre 7,6% e 9,0%).

¹⁷ Ver o Anexo Estatístico para os dados do IIS, componentes e subcomponentes relativos a 2001 e 2008.

¹⁸ Segundo essa classificação, em 2008 IIS igual ou maior que 8,50 teria grau de inclusão social considerado alto.

¹⁹ Isto significa que, nesse período, crescimento do PIB per capita de 1% associou-se a incremento do IIS de 2,4%.

Tabela 1

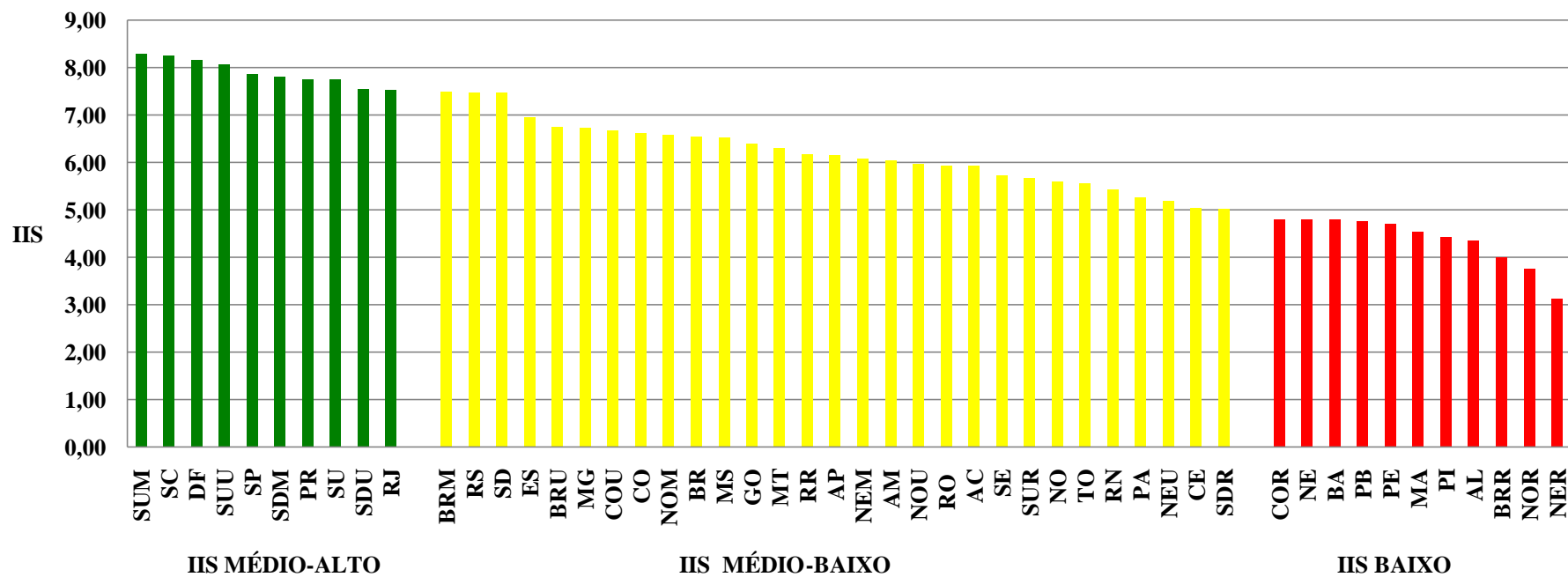
A escala da Inclusão Social, 2008-2009: Brasil, regiões, estados, situações dos domicílios

Ordem do IIS 2008	Brasil, regiões, estados, situações dos domicílios	2008	Crescimento* 2001-8	Ordem do IIS 2008 menos do IIS 2009	IIS 2009 (Estimativa)	
Média-alta inclusão social: IIS de 2008 menor que 8,50 e igual ou maior que 7,50						
1	Sul metropolitano	8,30	4,2	0	8,65	SUM
2	Santa Catarina	8,25	4,1	0	8,59	SC
3	Distrito Federal**	8,16	4,7	0	8,54	DF
4	Sul urbano	8,07	5,8	0	8,53	SUU
5	São Paulo	7,87	4,2	0	8,20	SP
6	Sudeste metropolitano	7,81	4,3	-1	8,14	SDM
7	Paraná	7,75	5,7	1	8,19	PR
8	Sul	7,75	4,7	0	8,11	SU
9	Sudeste urbano	7,55	4,7	0	7,90	SDU
10	Rio de Janeiro	7,52	4,3	0	7,85	RJ
Média-baixa inclusão social: IIS de 2008 menor que 7,50 e igual ou maior que 5,00						
<u>11</u>	<u>Brasil metropolitano</u>	<u>7,49</u>	<u>4,4</u>	<u>-1</u>	<u>7,82</u>	<u>BRM</u>
12	Rio Grande do Sul	7,48	4,1	-1	7,78	RS
13	Sudeste	7,48	4,6	2	7,83	SD
14	Espírito Santo	6,96	6,0	0	7,38	ES
<u>15</u>	<u>Brasil urbano</u>	<u>6,75</u>	<u>5,2</u>	<u>-1</u>	<u>7,11</u>	<u>BRU</u>
16	Minas Gerais	6,73	5,7	1	7,11	MG
17	Centro-Oeste urbano	6,69	5,6	0	7,06	COU
18	Centro-Oeste	6,62	5,7	0	7,00	CO
19	Norte metropolitano	6,58	5,2	0	6,92	NOM
20	Brasil	6,56	5,3	0	6,90	BR
21	Mato Grosso do Sul	6,54	5,1	0	6,87	MS
22	Goiás	6,39	6,1	0	6,79	GO
23	Mato Grosso	6,30	6,4	0	6,70	MT
24	Roraima	6,17	6,3	0	6,56	RR
25	Amapá	6,16	2,6	-2	6,32	AP
26	Nordeste metropolitano	6,08	5,0	1	6,38	NEM
27	Amazonas	6,04	4,0	-1	6,28	AM
28	Norte urbano	5,97	6,0	2	6,33	NOU
29	Rondônia	5,93	4,4	0	6,19	RO
30	Acre	5,93	4,2	0	6,18	AC
31	Sergipe	5,73	7,5	0	6,16	SE
32	Sul rural	5,68	5,8	-1	6,01	SUR
33	Norte	5,60	5,0	-1	5,88	NO
34	Tocantins	5,57	10,3	2	6,14	TO
35	Rio Grande do Norte	5,44	5,9	0	5,76	RN
36	Pará	5,26	4,9	-1	5,52	PA
37	Nordeste urbano	5,20	7,0	1	5,56	NEU
38	Ceará	5,04	8,2	0	5,45	CE
39	Sudeste rural	5,03	7,6	0	5,41	SDR
Baixa inclusão social: menor que 5,00						
40	Centro-Oeste rural	4,80	7,8	0	5,17	COR
41	Nordeste	4,80	7,6	0	5,16	NE
42	Paraíba	4,80	6,0	-1	5,09	PB
43	Pernambuco	4,76	6,0	-1	5,05	PE
44	Bahia	4,71	8,1	2	5,09	BA
45	Maranhão	4,54	9,6	0	4,97	MA
46	Piauí	4,43	8,5	0	4,81	PI
47	Alagoas	4,36	8,9	0	4,74	AL
48	<u>Brasil rural</u>	<u>4,00</u>	<u>9,0</u>	<u>0</u>	<u>4,36</u>	<u>BRR</u>
49	Norte rural	3,75	NOR
50	Nordeste rural	3,14	7,9	0	3,38	NER

* Crescimento médio anual (%). ** Centro-Oeste metropolitano.

Fontes: IBGE-Pnads de 2001 e 2008 (tabulações especiais). Ver Anexos Metodológico e Estatístico.

Gráfico 1 – A escala da Inclusão Social no Brasil, 2008



A tabela 1 apresenta também a estimativa do IIS para 2009 (projeção da tendência observada em 2001-2008) e compara a ordem desse índice em 2008 e 2009, evidenciado seja os ganhos e perdas de cada situação, seja a manutenção de posições.

O IIS DO BRASIL E SEUS COMPONENTES

A tabela e o gráfico 2 desdobram os IIS brasileiros de 2001 e 2008 em seus três componentes, medindo-lhes as taxas de crescimento.

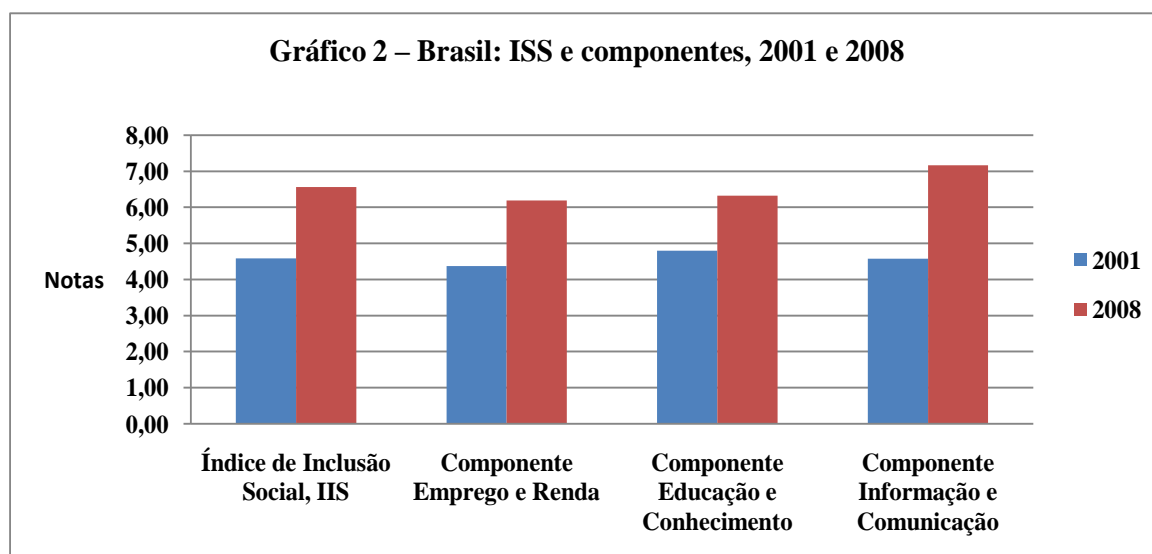
Note-se que o IIS avançou de 4,58 em 2001 para 6,56 em 2008: o equivalente a 43% e a taxa média anual de crescimento de 5,3%. O componente Informação e Comunicação, ou seja, o Índice de Inclusão Digital, foi o que prosperou mais, 57% e 6,6% a.a. Exibem desempenho inferior ao do IIS o componente Emprego e Renda ou Índice de Inserção Econômica (42% e 5,1%, respectivamente) e o componente Educação e Conhecimento (Índice de Inserção Educacional), o que menos progrediu (32% e 4,0%).

Tabela 2
Brasil: Índice de Inclusão Social, IIS, e componentes, 2001 e 2008

Discriminação	IIS		Variação, % 2001-8	Crescimento* 2001-8
	2001	2008		
Índice de Inclusão Social, IIS	4,58	6,56	43,2	5,3
Componente Emprego e Renda	4,37	6,19	41,5	5,1
Componente Educação e Conhecimento	4,79	6,32	31,9	4,0
Componente Informação e Comunicação	4,58	7,16	56,6	6,6

* Crescimento médio anual, %.

Fontes: IBGE-Pnads, 2001 e 2008 (tabulações especiais). Ver Anexos Metodológico e Estatístico.



DESIGUALDADES REGIONAIS, I: COMPONENTES

As desigualdades regionais, medidas pelo IIS e seus componentes, apresentadas na tabela 3, reproduzem quadro de disparidades espaciais muito semelhante seja ao retratado pelos IDS, seja o visualizado, por exemplo, pelos PIBs per capita.

Em 2001, de um lado os IIS do Nordeste e do Norte correspondiam a 63% e 87% do brasileiro, os Índices de Inserção Econômica, 66% e 85%; os Índices de Inserção Educacional, 62% e 94%, e os Índices de Inclusão Digital, 61% e 81%. Do outro lado, os IIS do Sul e Sudeste eram 23% e 19% superiores aos do País, os Índices de Inserção Econômica, 54% e 15%, os de Inserção Educacional, 9% e 19%, e os de Inclusão Digital, 9% e 22%. No meio, os IIS e componentes do Centro-Oeste situavam-se em níveis próximos do brasileiro: 98% para o IIS e 92% (Inserção Econômica), 5% maior (Inserção Educacional) e 96% (Inclusão Digital).

Ao longo da década (entre 2001 e 2008), os IIS do Nordeste e Centro-Oeste cresceram mais que o brasileiro (a 7,6% e 5,7% anuais, confrontados com 5,3 % para o País), os das demais regiões, menos (Norte, 5,0%, Sul, 4,7%, Sudeste, 4,6%). Os piores desempenhos regionais por componentes foram: Emprego e Renda, Sul (taxa de crescimento de 3,1% anuais) e Sudeste (4,7%); Educação e Conhecimento, Norte (3,1%) e Sudeste (3,3%); Informação e Comunicação, no Norte (5,1%) e Sudeste (5,9%).

Houve no período em exame significativa redução das disparidades regionais, tanto com respeito ao IIS quanto a seus três componentes. O coeficiente de variação, V , para o IIS caiu de 25,2% para 19,3% (queda de 23%), com V para o componente Emprego e Renda decrescendo mais rapidamente (de 33,0% para 21,8%, redução de 51) e V_s para os componentes Educação e Conhecimento e Informação e Comunicação reduzindo-se menos (de 22,6% para 18,2%, queda de 19% no primeiro caso, e de 25,2% para 21,8%, queda de 13% no segundo caso).

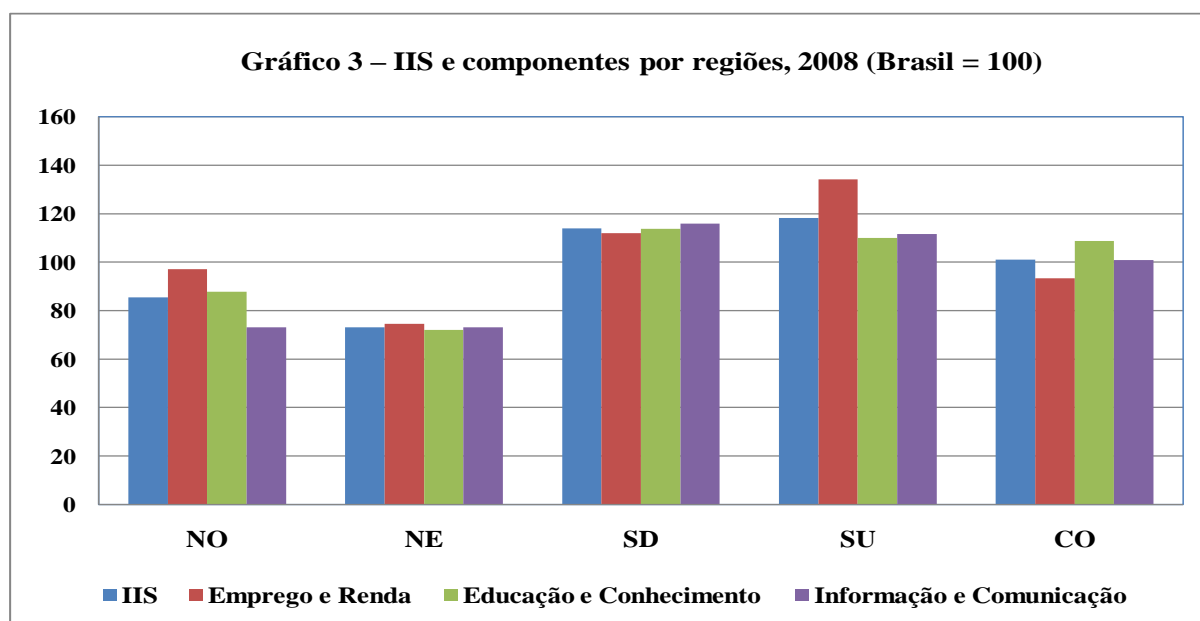
O gráfico 3 apresenta o IIS e componentes para 2008 por regiões (Brasil=100). Note-se que, enquanto o Nordeste e o Norte continuam sempre abaixo de 100 e o Sul e o Sudeste sempre acima desse valor, o Centro-Oeste se situa em torno dele, com o IIS e o componente Informação e Comunicação virtualmente no nível 100, o componente Emprego e Renda a ele inferior (93) e o componente Educação e Conhecimento, superior (109).

Tabela 3
Brasil: desigualdades regionais medidas pelo IIS e componentes, 2001 e 2008

Discriminação	Notas		Variação, % 2001-8	Crescimento* 2001-8	Brasil=100	
	2001	2008			2001	2008
Índice de Inclusão Social, IIS						
Brasil	4,58	6,56	43,2	5,3	100	100
Norte	3,97	5,60	41,0	5,0	87	85
Nordeste	2,87	4,80	67,0	7,6	63	73
Sudeste	5,44	7,48	37,4	4,6	119	114
Sul	5,63	7,75	37,6	4,7	123	118
Centro-Oeste	4,48	6,62	47,7	5,7	98	101
Componente Emprego e Renda						
Brasil	4,37	6,19	41,5	5,1	100	100
Norte	3,72	6,01	61,6	7,1	85	97
Nordeste	2,87	4,61	60,8	7,0	66	75
Sudeste	5,03	6,93	37,7	4,7	115	112
Sul	6,72	8,31	23,7	3,1	154	134
Centro-Oeste	4,00	5,77	44,2	5,4	92	93
Componente Educação e Conhecimento						
Brasil	4,79	6,32	31,9	4,0	100	100
Norte	4,50	5,55	23,5	3,1	94	88
Nordeste	2,96	4,55	54,1	6,4	62	72
Sudeste	5,71	7,20	25,9	3,3	119	114
Sul	5,21	6,95	33,6	4,2	109	110
Centro-Oeste	5,04	6,88	36,5	4,5	105	109
Componente Informação e Comunicação						
Brasil	4,58	7,16	56,6	6,6	100	100
Norte	3,70	5,24	41,5	5,1	81	73
Nordeste	2,80	5,23	87,0	9,4	61	73
Sudeste	5,57	8,31	49,0	5,9	122	116
Sul	4,97	8,00	60,8	7,0	109	112
Centro-Oeste	4,41	7,23	63,7	7,3	96	101

* Crescimento médio anual, %.

Fontes: IBGE-Pnads de 2001 e 2008 (tabulações especiais). Ver Anexos Metodológico e Estatístico.



DESIGUALDADES REGIONAIS, II: SUBCOMPONENTES

As desigualdades regionais no nível dos doze subcomponentes do IIS estão apresentadas, para 2001 e 2008, na tabela 4. Cabe examiná-las, ainda que brevemente.

EMPREGO E RENDA

A taxa de ocupação para o Brasil recupera-se lentamente entre 2001 e 2008. Refletindo conjuntura econômica desfavorável, ela fora de 90,7% em 2001 (correspondente a desocupação de 9,3%), tendo avançado em 2008 para 92,9% (desocupação de 7,1%). Seu nível mais baixo está no Sudeste (89,2% em 2001 e 92,2% em 2008), onde foi mais acentuada a anemia do crescimento da produção. Nas demais regiões, variações discretas em relação à brasileira refletem contingências locais afetando o comportamento da economia. O Sul tem o melhor desempenho nesse subcomponente.

A taxa de formalização do emprego evoluiu no País de 56,5% em 2001 para 61,9% dos empregados em 2008, crescendo 9,2%. Essa proteção social ao trabalho continuou escassa no Nordeste (embora tenha avançando de 39,6% dos empregados para 44,9% ou seja, 13,4%) e no Norte (de 41,4% para 47,5%, 14,7%). O Sul manteve a dianteira nesse indicador.

A proporção de não pobres evoluiu de 64,9% da população do País em 2001 para 77,2% em 2008 (redução da pobreza de 35,1% para 22,1%). Num extremo, o Nordeste, esses percentuais foram, respectivamente, 49,3% e 64,5% (pobreza de 51,7% e 35,5%); no outro, o Sul, eles foram 82,1% e 92,2% (17,9% e 7,8%).

A taxa de igualdade (o complemento para 1 do coeficiente de Gini) cresceu em todas as regiões, alcançando em 2008 0,509 no Sul, 0,491 no Norte, 0,489 no Sudeste, 0,444 no Nordeste e 0,438 no Centro-Oeste (0,457 no Brasil), refletindo tendência para a melhoria nas disparidades interpessoais de renda que vem de 1997.

O gráfico 4 retrata a situação, em 2008, dos subcomponentes grau de formalização do emprego e proporção de não pobres.

EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO

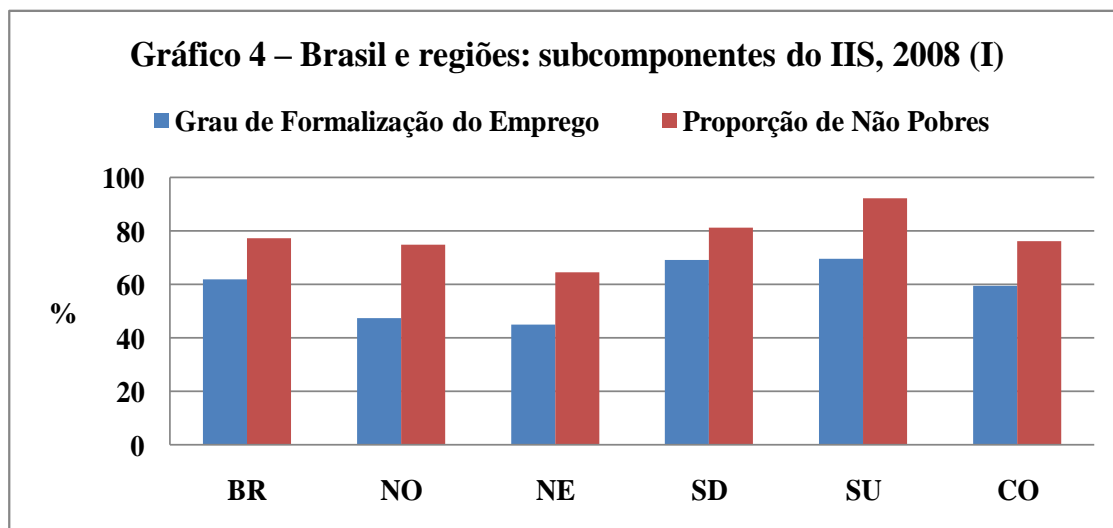
As já pequenas diferenciações inter-regionais na taxa de alfabetização no Brasil, observadas em 2001, reduziram-se ainda mais em 2008. Nesse ano, ela foi, no Nordeste, 80,6%, equivalente a 90% da brasileira, com a do Norte atingindo

Tabela 4
Brasil: desigualdades regionais medidas pelos subcomponentes do IIS, 2001 e 2008

Discriminação	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste	
	2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008
Componente Emprego e Renda *												
Taxa de Ocupação, %	90,7	92,9	90,4	93,5	91,3	92,5	89,2	92,2	93,5	95,1	91,1	92,5
Taxa de Formalização do Emprego, %	56,5	61,9	41,4	47,5	39,6	44,9	63,7	69,3	65,5	69,5	48,7	59,4
Proporção de Não Pobres, %	64,9	77,2	58,9	74,9	49,3	64,5	70,6	81,3	82,1	92,2	62,2	76,2
Taxa de Igualdade	0,412	0,457	0,438	0,491	0,404	0,444	0,442	0,489	0,458	0,509	0,410	0,438
Componente Educação e Conhecimento **												
Taxa de Alfabetização, %	87,6	90,0	88,8	89,3	75,8	80,6	92,5	94,2	92,9	94,5	89,8	91,8
Pessoas com 4 anos ou mais de estudo, %	58,8	68,0	62,3	66,7	45,8	58,8	64,5	72,2	62,7	71,5	61,2	71,2
Pessoas com 9 anos ou mais de estudo, %	31,8	43,5	33,5	41,6	23,6	35,2	36,2	48,3	31,6	43,9	33,1	45,9
Pessoas com 12 anos ou mais de estudo, %	10,2	14,1	6,7	10,0	5,6	8,7	12,8	16,6	11,3	16,6	10,5	16,0
Componente Informação e Comunicação ***												
Domicílios com microcomputadores, %	12,6	31,2	6,5	17,4	5,2	15,7	17,3	40,0	13,9	38,5	10,6	30,9
Domicílios com Internet, %	8,5	23,8	4,0	10,6	3,5	11,6	12,0	31,5	8,7	28,6	7,4	23,5
Domicílios com televisão, %	89,1	95,1	86,1	90,0	78,4	91,7	94,4	97,6	92,3	96,4	88,5	94,6
Domicílios com um ou mais telefones fixos ou celulares, %	58,9	82,1	51,6	72,4	35,9	66,8	70,6	88,9	64,8	89,8	59,9	87,9
Componente Emprego e Renda *												
Taxa de Ocupação, %	100	100	100	101	101	100	98	99	103	102	101	100
Taxa de Formalização do Emprego, %	100	100	73	77	70	73	113	112	116	112	86	96
Proporção de Não Pobres, %	100	100	91	97	76	84	109	105	127	119	96	99
Taxa de Igualdade	100	100	106	107	98	97	107	107	111	111	100	96
Componente Educação e Conhecimento **												
Taxa de Alfabetização, %	100	100	101	99	86	90	106	105	106	105	102	102
Pessoas com 4 anos ou mais de estudo, %	100	100	106	98	78	86	110	106	107	105	104	105
Pessoas com 9 anos ou mais de estudo, %	100	100	105	95	74	81	114	111	99	101	104	105
Pessoas com 12 anos ou mais de estudo, %	100	100	65	71	55	62	125	118	111	118	103	114
Componente Informação e Comunicação ***												
Domicílios com microcomputadores, %	100	100	52	56	42	50	138	128	110	123	85	99
Domicílios com Internet, %	100	100	47	45	42	49	141	132	102	120	86	99
Domicílios com televisão, %	100	100	97	95	88	96	106	103	104	101	99	99
Domicílios com um ou mais telefones fixos ou celulares, %	100	100	88	88	61	81	120	108	110	109	102	107

* Crescimento médio anual, %.

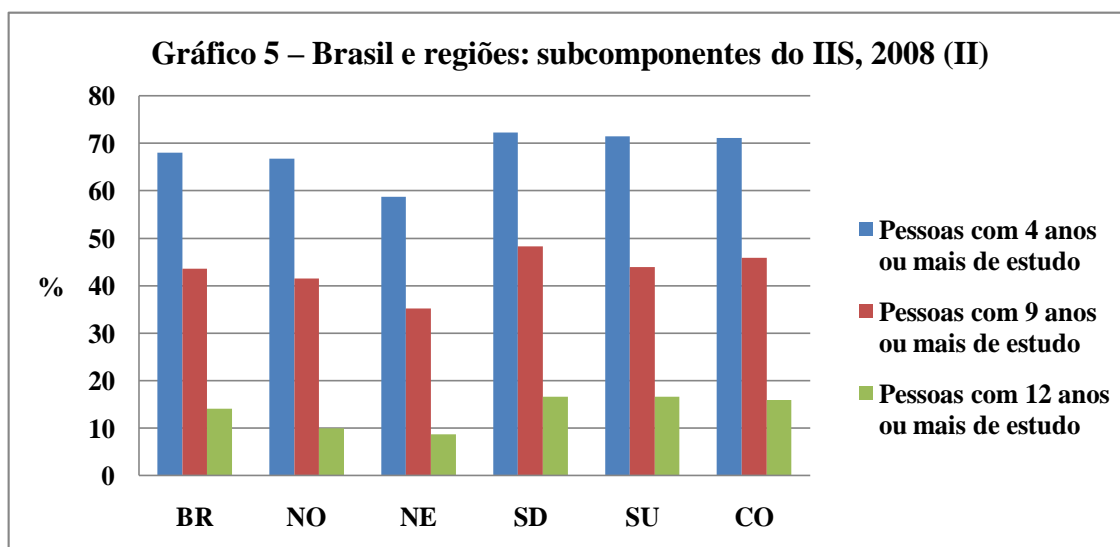
Fontes: IBGE-Pnads de 2001 e 2008 (tabulações especiais). Ver Anexos Metodológico e Estatístico.



89,3% (99%), a do Centro-Oeste, 91,8% (102%), e as do Sul e Sudeste, 94,5% e 94,2%, respectivamente (ambas superiores em 5% à nacional).

A percentagem das pessoas com 4 anos ou mais de estudo, baixa no Nordeste (86% da brasileira em 2008), já alcançaram 99% da nacional no Norte, 105% no Sul e Centro-Oeste e 106% no Sudeste. São maiores as disparidades tanto no caso da percentagem das pessoas com 9 anos ou mais de estudo (81% da brasileira em 2008 no Nordeste, 95% no Norte, 101% no Sul, 105% no Centro-Oeste e 111% no Sudeste) quanto das pessoas com 12 anos ou mais de estudo (62% no Nordeste, 71% no Norte, 114% no Centro-Oeste e 118% no Sudeste e Sul).

O gráfico 5 traz os graus de escolaridade (4 anos ou mais, 9 anos ou mais e 12 anos ou mais) em 2008, para o Brasil e regiões.



INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A disponibilidade domiciliar das ferramentas da inclusão digital (microcomputadores, Internet, televisão e telefone) vem progredindo rapidamente no Brasil ao longo da presente década.

Em 2001 no Brasil como um todo, o percentual dos domicílios com microcomputadores era de 12,6%, com Internet, 8,5%, com televisão, 89,1% e com um ou mais telefones fixos ou celulares, 58,9%. Sete anos depois, em 2008, esses percentuais haviam alcançado, respectivamente, 31,2%, 23,8%, 95,1% e 82,1%.

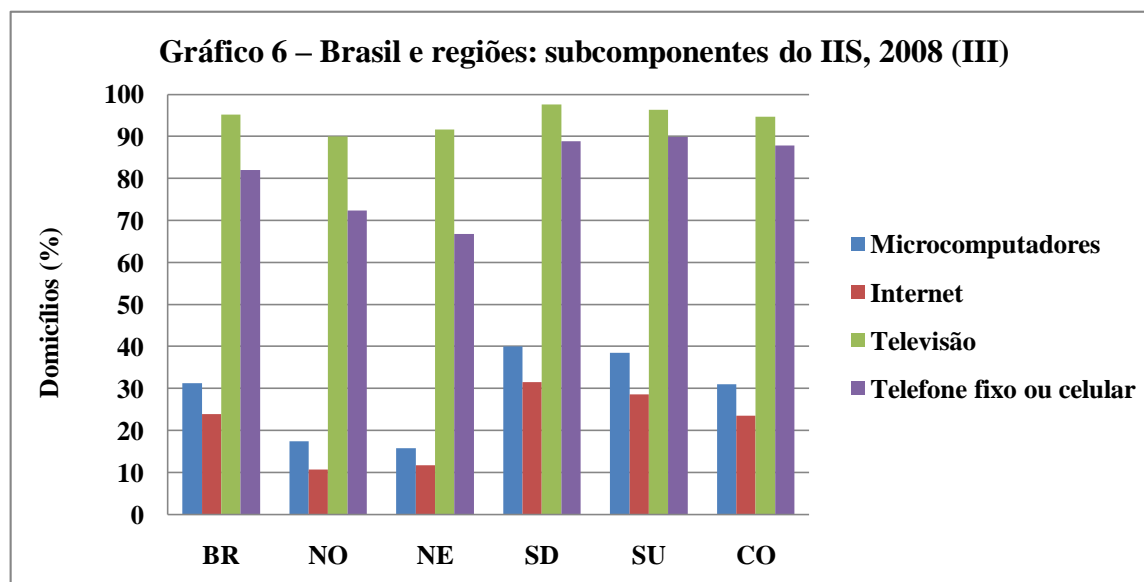
Configura-se, portanto, verdadeira revolução digital no País. Ela abriga, é certo, grandes desigualdades inter-regionais. No Nordeste, o percentual de domicílios com computadores em 2001, 5,2%, era apenas 42% do brasileiro; o de domicílios com Internet, 3,5%, os mesmos 42%. Essas participações se atenuaram em 2008: para 50% no caso dos microcomputadores e 49% no caso da Internet. Mas as desigualdades entre o Nordeste e o País continuavam muito elevadas

É de ressaltar-se que, já em 2001, era elevado no Nordeste o percentual de domicílios com televisão: 78,4%, 88% do brasileiro. Esses números evoluíram para 91,7% e 96% em 2008. E o percentual de domicílios com telefone (fixo ou celular), explodiu de 35,9% em 2001 para 66,8% em 2008, equivalentes, respectivamente, a 61% e 81% dos valores nacionais.

Em 2008, o Norte posicionava-se melhor que o Nordeste nos percentuais de domicílios com microcomputadores (17,4% comparados com 15,7%) e telefones fixos ou celulares (72,4% contra 66,8%), perdendo ligeiramente em Internet (10,6% comparados com 11,6%) e televisão (90,0% contra 91,7%).

Nessa corrida pela inclusão digital, o Centro-Oeste também acelerou o passo em relação ao País, com o Sul revelando a tendência de seguir o ritmo brasileiro e o Sudeste, já relativamente muito nesse avançado nesse segmento em 2001, segurando mais a cadência evolutiva.

O gráfico 6 retrata a disponibilidade domiciliar de microcomputadores, Internet, televisão e telefone fixo ou celular, em 2008, para o Brasil e regiões.



HIATOS METROPOLITANOS, URBANOS E RURAIS

A tabela 5 reapresenta os IIS, segundo as situações de domicílio (rurais, urbanas, metropolitanas, para 2001 e 2008.

Observe-se que há nesse plano grandes disparidades de níveis de inclusão social, no Brasil como um todo e em cada situação de domicílio. Elas são maiores entre as situações rurais e metropolitanas do que entre as rurais e urbanas e as urbanas e metropolitanas. Em 2001, por exemplo, o IIS para o Brasil rural foi 2,19, o metropolitano, 5,55 e o urbano, 4,73.

Essas distâncias tendem ocorrer também, em maior ou menor grau, nas regiões, sendo em geral menores em 2008. Repetindo-se no caso dessas três situações de domicílio o mesmo fenômeno da aproximação, ou convergência, já observado entre regiões e que, adiante será confirmado com o exame do IIS por estados. Por situações, o processo de inclusão social vem sendo mais rápido no meio rural do que no urbano e mais rápido no meio urbano do que no metropolitano. Essa tendência está expressa nas colunas 4 a 7 da tabela 5, que medem a variação, absoluta e relativa, e o crescimento dos IIS entre 2001 e 2008. Para o Brasil, a variação percentual do IIS rural nesse período foi 82,7%; a do urbano, 42,9%, e a do rural, 35,0%. O crescimento médio anual do IIS foi, no primeiro caso, 9,0%, no segundo, 5,2%, no terceiro, 4,4%. Em 2001, o IIS rural brasileiro equivalia a 48%

do IIS do País como um todo, o IIS urbano, 103%, o metropolitano, 121%. Esses percentuais foram, para 2008, 61%, 103% e 114%.

A tabela 6 traz a exame os hiatos urbano-rurais, metropolitano-urbanos e metropolitano-rurais de IIS, que correspondem aos quocientes dos IIS respectivos.

Veja-se que os hiatos de 2001 são sistematicamente maiores do que os de 2008, o que nos diz que houve, ao longo desse período, reduções generalizadas das disparidades de inclusão social.

Tabela 5
Brasil e regiões: IIS, segundo as situações do domicílio, social, 2001 e 2008

Discriminação	IIS		Variação, % 2001-8	Crescimento* 2001-8	Brasil=100	
	2001	2008			2001	2008
Brasil	4,58	6,56	43,2	5,3	100	100
Brasil rural	2,19	4,00	82,7	9,0	48	61
Brasil urbano	4,73	6,75	42,9	5,2	103	103
Brasil metropolitano	5,55	7,49	35,0	4,4	121	114
Norte	3,97	5,60	41,0	5,0	87	85
Norte rural	...	3,75	57
Norte urbano	3,96	5,97	50,8	6,0	86	91
Norte metropolitano	4,63	6,58	42,3	5,2	101	100
Nordeste	2,87	4,80	67,0	7,6	63	73
Nordeste rural	1,84	3,14	70,3	7,9	40	48
Nordeste urbano	3,24	5,20	60,3	7,0	71	79
Nordeste metropolitano	4,30	6,08	41,2	5,0	94	93
Sudeste	5,44	7,48	37,4	4,6	119	114
Sudeste rural	3,02	5,03	66,8	7,6	66	77
Sudeste urbano	5,49	7,55	37,5	4,7	120	115
Sudeste metropolitano	5,81	7,79	34,1	4,3	127	119
Sul	5,63	7,75	37,6	4,7	123	118
Sul rural	3,84	5,68	47,9	5,8	84	87
Sul urbano	5,91	8,07	36,4	4,5	129	123
Sul metropolitano	6,24	8,30	33,0	4,2	136	127
Centro-Oeste	4,48	6,62	47,7	5,7	98	101
Centro-Oeste rural	2,85	4,80	68,7	7,8	62	73
Centro-Oeste urbano	4,56	6,69	46,6	5,6	100	102
Centro-Oeste metropolitano	5,90	8,16	38,2	4,7	129	124

* Crescimento médio anual, %.

Fontes: IBGE-Pnads de 2001 e 2008 (tabulações especiais). Ver Anexos Metodológico e Estatístico.

Tabela 6
Brasil e regiões: hiatos de inclusão social, 2001 e 2008

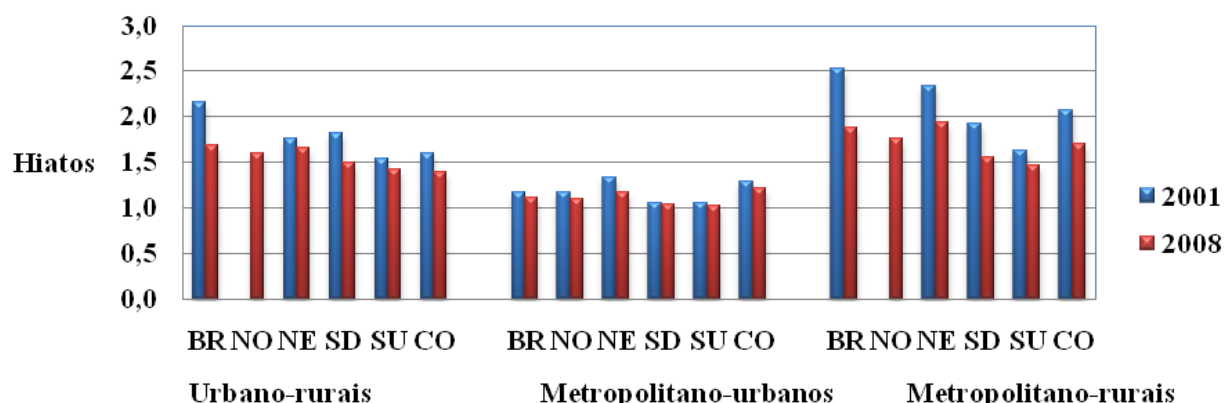
	2001	2008	Variação, %
Urbano-rurais			
Brasil	2,16	1,69	-21,8
Norte	...	1,59	...
Nordeste	1,76	1,66	-5,8
Sudeste	1,82	1,50	-17,6
Sul	1,54	1,42	-7,8
Centro-Oeste	1,60	1,39	-13,1
Metropolitano-urbanos			
Brasil	1,17	1,11	-5,6
Norte	1,17	1,10	-5,7
Nordeste	1,33	1,17	-12,0
Sudeste	1,06	1,03	-2,4
Sul	1,06	1,03	-2,5
Centro-Oeste	1,29	1,22	-5,7
Metropolitano-rurais			
Brasil	2,53	1,87	-26,1
Norte	...	1,76	...
Nordeste	2,34	1,94	-17,1
Sudeste	1,93	1,55	-19,6
Sul	1,62	1,46	-10,1
Centro-Oeste	2,07	1,70	-18,1

Fonte: Tabela 5

Essas reduções foram compreensivelmente maiores, tanto para o Brasil quanto para as regiões, no caso dos hiatos metropolitano-rurais. Foram sempre menores que elas no caso dos hiatos urbano-rurais. E menores que estas últimas para os hiatos metropolitano-urbanos – salvo no caso do Nordeste, cuja rede de cidades, integrada por uma miríade de núcleos urbanos de pequeno porte, aproxima-se muito, em suas características econômico-sociais e de condições de vida e bem-estar, dos meios rurais circundantes. Para o Brasil, por exemplo, a redução ocorrida, entre 2001 e 2008, no hiato metropolitano-rural foi de 26,1%; a do hiato urbano-rural, 21,8%; e a do hiato metropolitano-urbano, 5,6%. No Nordeste, esses hiatos foram, respectivamente, 17,1%, 5,8% e 12%.

O gráfico 7 espelha bem esses fenômenos, nos dois anos observados, para o Brasil e suas regiões e as três situações de domicílio consideradas.

Gráfico 7 – Brasil e regiões: hiatos de níveis de inclusão social, 2001-8



DESIGUALDADES ENTRE OS ESTADOS: CONVERGÊNCIA

As disparidades de níveis de inclusão social entre os estados (neles incluídos o Distrito Federal), ordenados segundo a ordem decrescente do IIS de 2008, estão contidas na tabela 7 e no gráfico 8.

Os coeficientes de variação, V , dos IIS para 2001 e 2008 (colunas 2 e 3), de 27,9% no primeiro caso e 19,4% no segundo, evidenciam a redução das disparidades interestaduais de graus de inclusão social ocorrida ao longo da década.

A esse propósito, observe-se que há correspondência inversa entre as notas dos IIS para 2008 (coluna 3) e as variações percentuais deles no período 2001-2008 (coluna 4). Elas tendem a ser menores para as notas mais altas, maiores para as mais baixas. Essa tendência, que se expressa em coeficiente de correlação de $-0,630$ (e coeficiente de determinação, R^2 , de $0,396$) também indica queda das desigualdades entre os estados.

Essa queda se explicita quando se comparam os IIS observados normalizados para os do Brasil igualados a 100 (colunas 5 e 6), confirmando-se tendência para convergência compatível a redução dos desníveis interestaduais de IIS.

A última coluna dessa tabela 7 mostra, em números absolutos a variação percentual dos IIS dos estados de 2001 e 2008, normalizados para Brasil igual a 100, que é uma outra medida de convergência e divergência. A distância entre o IIS de Santa Catarina de 2008, por exemplo, o maior entre os estados, e o brasileiro desse mesmo ano reduziu-se 7,3% em relação à verificada em 2001. Essa redução foi de

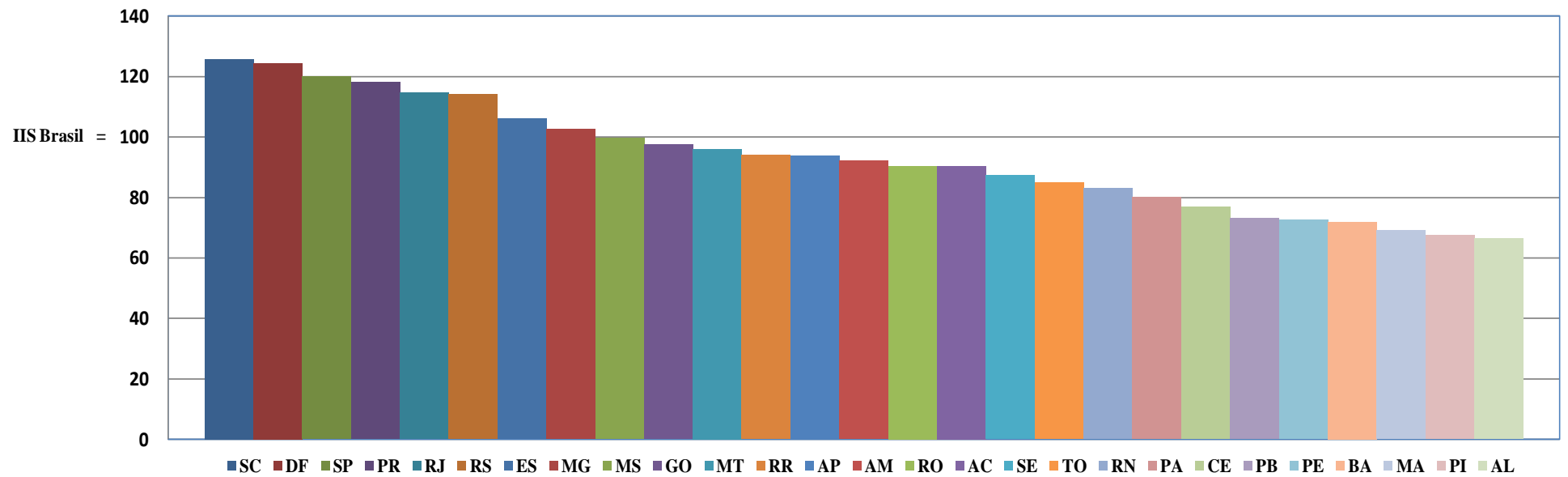
Tabela 7
Desigualdades interestaduais medidas pelo IIS, 2001 e 2008

Estados*, por ordem do IIS de 2008	IIS		Variação, %	Brasil=100		
	2001	2008	2001-8	2001 (A)	2008 (B)	$((A-B)/A) \times 100^{**}$
Santa Catarina	6,22	8,25	32,7	136	126	7,3
Distrito Federal	5,90	8,16	38,2	129	124	3,5
São Paulo	5,90	7,87	19,7	129	120	6,8
Paraná	5,27	7,75	47,2	115	118	2,8
Rio de Janeiro	5,59	7,52	34,6	122	115	6,0
Rio Grande do Sul	5,66	7,48	32,0	124	114	7,8
Espírito Santo	4,62	6,96	50,5	101	106	5,1
Minas Gerais	4,57	6,73	47,2	100	103	2,8
Mato Grosso do Sul	4,62	6,54	41,5	101	100	1,2
Goiás	4,22	6,39	51,6	92	98	5,9
Mato Grosso	4,09	6,30	54,2	89	96	7,7
Roraima	4,02	6,17	53,4	88	94	7,1
Amapá	5,14	6,16	19,8	112	94	16,3
Amazonas	4,58	6,04	31,9	100	92	7,9
Rondônia	4,39	5,93	35,0	96	90	5,7
Acre	4,45	5,93	33,1	97	90	7,0
Sergipe	3,46	5,73	65,6	76	87	15,6
Tocantins	2,81	5,57	98,0	61	85	38,3
Rio Grande do Norte	3,63	5,44	49,6	79	83	4,5
Pará	3,77	5,26	39,5	82	80	2,5
Ceará	2,91	5,04	73,1	64	77	20,9
Paraíba	3,19	4,80	50,3	70	73	5,0
Pernambuco	3,16	4,76	50,6	69	73	5,2
Bahia	2,73	4,71	72,6	60	72	20,6
Maranhão	2,39	4,54	89,8	52	69	32,6
Piauí	2,50	4,43	76,9	55	68	23,5
Alagoas	2,40	4,36	81,5	52	66	26,8

* Inclusive o Distrito Federal. ** Em números absolutos.

Fontes: IBGE-Pnads de 2001 e 2008 (tabulações especiais). Ver Anexos Metodológico e Estatístico.

Gráfico 8 – Desigualdades interestaduais de níveis de inclusão social, 2008



3,5% no caso do Distrito Federal e 6,8% no caso de São Paulo. No caso do Paraná, em lugar de convergência, houve divergência de 2,8%.

Por esse critério, a maior convergência (de 38,3%) foi observada em Tocantins, onde, desde a instalação, em 1989, do governo estadual, veem sendo executados projetos de desenvolvimento e políticas sociais, principalmente em educação, transformadores de uma realidade econômico-social antes estagnada. Seguem os estados mais pobres do Nordeste: o Maranhão (32,6%), Alagoas (26,8%), Piauí (23,5).

O IIS COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE

Do acima exposto, teria ficado assente que o IIS é ferramenta útil ao exame do processo de inclusão social vivenciado pelo Brasil, suas regiões e estados.

A partir dele, três tipos de análise podem ser feitos.

A primeira, em nível agregado (tomando-se as notas do IIS), enseja visão de síntese desse processo e a comparação do IIS com outros indicadores sociais e econômicos – o IDS, por exemplo, ou o PIB per capita.

O segundo tipo de análise, em nível semi-agregado, utiliza os três componentes do IIS, isto é, os Índices de Inserção Econômica, Inserção Educacional e Inclusão Social: investigando sua evolução, as correlações entre eles, as comparações entre regiões, estados, situações de domicílio.

O terceiro tipo de exame, em nível desagregado, toma como base os doze subcomponentes, construindo painel amplo e multifacetado no qual os perfis, as características, as especificidades de cada situação social, além de seu evoluir no tempo e suas mutações no espaço, poderão ser detalhadamente captadas e compreendidas.

A integração desses três níveis de análise poderá dar aos formuladores de políticas públicas e aos gestores sociais informações úteis para orientar seja o planejamento, seja a gerência da inclusão social, processo tão complexo quanto importante à compreensão do desenvolvimento como fenômeno global.

ANEXO METODOLÓGICO

O Índice de Inclusão Social, IIS

O Índice de Inclusão Social, IIS, é um indicador sintético desenvolvido com o objetivo de medir, para o Brasil, suas regiões, situações de domicílio (rural, urbano e metropolitano) e estados, o grau de inclusão social médio alcançado por suas populações em determinado ano.

O IIS agrega, em uma só unidade de medida de valor relativo, vários indicadores de inserção econômico-social, integrados segundo metodologia que se desdobra em três etapas.

Na primeira estima-se, para cada indicador, I_i , chamado subcomponente, com relação a cada situação social (o Brasil, suas regiões e estados), j , uma medida do grau de evolução de determinado processo inclusivo, I_{ij} , definida como:

$$I_{ij} = 1 - \frac{\max_j I_{ij} - I_{ij}}{\max_j I_{ij} - \min_j I_{ij}}$$

Na segunda etapa, constrói-se para cada componente, C_i , que é uma agregação de subcomponentes, e em relação a cada situação social, j , uma medida do grau de evolução de processos inclusivos mais complexos, C_{ij} , que resulta de média ponderada, das medidas relativas a cada indicador ou subcomponente:

$$C_{ij} = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n I_{ij} .$$

Na terceira etapa, obtêm-se os índices sintéticos desejados, os IIS_{ij} , que são médias simples de seus componentes:

$$IIS_{ij} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n C_{ij} .$$

Os IIS são considerados medidas sintéticas do grau de evolução relativa do processo de inclusão social retratado pelos seus diversos componentes e subcomponentes.²⁰

Tradicionalmente, os índices sintéticos têm sido apresentados no intervalo de 0 a 1 e com três algarismos significativos (por exemplo: 0,865). No Fórum Nacional, contudo, desde 2008 esses índices e seus componentes, tendo em vista melhor legibilidade, têm sido expressos no intervalo de 0 e 10, equivalendo a uma espécie de nota com duas casas decimais (exemplo: 8,65).

O IIS, calculado para o Brasil, suas cinco grandes regiões, as três situações de domicílio (rural, urbana e metropolitana) e as 27 unidades da Federação, é bastante abrangente, sendo integrado por três componentes e 12 subcomponentes. São eles:

I – o componente Emprego e Renda (também chamado Índice de Inserção Econômica), representado por quatro subcomponentes: (1) a taxa de ocupação, ou seja, a percentagem da PEA ocupada (peso 0,3); (2) o grau de formalização do emprego, ou seja, a percentagem dos empregados remunerados com carteira assinada (peso 0,2); (3) a proporção de não pobres (peso 0,3); e (4) o coeficiente de igualdade (ou seja, o complemento para 1 do Coeficiente de Gini (peso 0,2);

II – o componente Educação e Conhecimento (ou Índice de Inserção Educacional), representado por quatro subcomponentes: (1) a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais (peso 0,1); (2) a percentagem das pessoas com 15 anos ou mais e com 4 anos ou mais de estudo (peso 0,2); (3) a percentagem das pessoas com 20 anos ou mais e 9 anos ou mais de estudo (peso 0,3); e (4) a percentagem das pessoas de 24 anos ou mais e 12 anos ou mais de estudo (peso 0,4);

III – o componente Informação e Comunicação (ou Índice de Inclusão Digital), representado por quatro subcomponentes: (1) o percentual dos domicílios com microcomputador (peso 0,3); (2) o percentual dos domicílios com acesso à internet (peso 0,3); (3) o percentual dos domicílios com televisão (peso 0,2); e (4) o percentual dos domicílios com pelo menos um telefone, fixo ou celular (peso 0,2).

²⁰ Os IIS, como em geral os índices sintéticos de desenvolvimento, são, portanto, sempre normalizados. Eles expressam um valor relativo, no sentido espacial e temporal, e só têm sentido no âmbito da escala de referência utilizada em sua construção.

No cálculo do IIS, os três componentes têm pesos iguais. Na normalização dos valores observados para cada indicador ou subcomponente, os valores mínimos são minimamente ajustados para cima de modo a evitar que permaneçam iguais a zero.

A base de dados construída para a estimação do IIS para o Brasil, suas regiões e estados nos anos 2001 e 2008 valeu-se de tabulações especiais elaboradas a partir dos microdados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios, Pnads, relativas a esses dois anos.

A Pnad relativa a 2001 ainda não investigou as populações rurais dos estados de Rondônia, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.²¹ Consideraram-se como Norte metropolitano a região metropolitana de Belém; como Nordeste metropolitano as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador, Sudeste metropolitano as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo; Sul metropolitano as regiões metropolitanas de Curitiba e Porto Alegre; e Centro-Oeste metropolitano o Distrito Federal.

²¹ Portanto, os dados de 2001 relativos ao Norte e a esses estados não são rigorosamente comparáveis aos de 2008.

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabelas I a IV

Tabela I – O Índice de Inclusão Social, IIS, e componentes, 2001 e 2008

SIGLA	Unidade Espacial	Índice de Inclusão		Componente Empre-		Componente Educa-		Componente Informa-	
		Social, IIS		go e Renda		ção e Conhecimento		ção e Comunicação	
		2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008
BR	BRASIL	4,58	6,56	4,37	6,19	4,79	6,32	4,58	7,16
BRR	BRASIL RURAL	2,19	4,00	4,88	6,69	0,69	2,01	0,99	3,30
BRU	BRASIL URBANO	4,73	6,75	4,78	6,60	4,80	6,39	4,60	7,27
BRM	BRASIL METROPOLITANO	5,55	7,49	4,05	5,74	6,53	8,07	6,07	8,66
NO	Norte	3,97	5,60	3,72	6,01	4,50	5,55	3,70	5,24
NOR	Norte Rural	...	3,75	...	7,04	...	2,10	...	2,11
NOU	Norte Urbano	3,96	5,97	3,94	5,84	4,25	6,12	3,68	5,94
NOM	Norte Metropolitano	4,63	6,58	2,98	5,52	6,08	7,35	4,82	6,87
NE	Nordeste	2,87	4,80	2,87	4,61	2,96	4,55	2,80	5,23
NER	Nordeste Rural	1,84	3,14	4,29	5,68	0,57	1,22	0,66	2,51
NEU	Nordeste Urbano	3,24	5,20	2,95	4,81	3,37	5,08	3,40	5,70
NEM	Nordeste Metropolitano	4,30	6,08	2,26	3,76	5,70	7,19	4,95	7,28
SD	Sudeste	5,44	7,48	5,03	6,93	5,71	7,20	5,57	8,31
SDR	Sudeste Rural	3,02	5,03	5,84	7,98	1,26	2,64	1,95	4,47
SDU	Sudeste Urbano	5,49	7,55	5,76	7,66	5,40	6,83	5,31	8,15
SDM	Sudeste Metropolitano	5,81	7,79	4,37	6,18	6,66	8,20	6,39	8,99
SU	Sul	5,63	7,75	6,72	8,31	5,21	6,95	4,97	8,00
SRR	Sul Rural	3,84	5,68	7,27	9,14	1,70	3,11	2,56	4,80
SUU	Sul Urbano	5,91	8,07	6,99	8,49	5,58	7,35	5,18	8,36
SUM	Sul Metropolitano	6,24	8,30	6,09	7,70	6,66	8,28	5,98	8,93
CO	Centro-Oeste	4,48	6,62	4,00	5,77	5,04	6,88	4,41	7,23
COR	Centro-Oeste Rural	2,85	4,80	6,00	8,00	1,45	2,70	1,08	3,70
COU	Centro-Oeste Urbano	4,56	6,69	4,30	6,21	4,95	6,73	4,43	7,12
COM	Centro-Oeste Metropolitano	5,90	8,16	3,01	4,49	7,91	9,98	6,78	10,00
RO	Rondônia	4,39	5,93	4,96	6,97	4,32	5,17	3,89	5,65
AC	Acre	4,45	5,93	3,84	5,65	5,04	6,23	4,48	5,90
AM	Amazonas	4,58	6,04	3,88	5,92	5,22	6,37	4,63	5,82
RR	Roraima	4,02	6,17	4,24	5,71	3,95	7,05	3,87	5,75
PA	Pará	3,77	5,26	3,38	6,02	4,31	4,91	3,62	4,85
AP	Amapá	5,14	6,16	5,33	5,46	5,75	7,39	4,33	5,64
TO	Tocantins	2,81	5,57	3,32	5,89	3,39	5,91	1,73	4,91
MA	Maranhão	2,39	4,54	2,96	5,20	2,48	4,18	1,73	4,22
PI	Piauí	2,50	4,43	3,18	4,80	2,51	4,22	1,82	4,27
CE	Ceará	2,91	5,04	2,82	5,08	2,97	4,69	2,95	5,35
RN	Rio Grande do Norte	3,63	5,44	3,95	5,42	3,54	4,98	3,41	5,91
PB	Paraíba	3,19	4,80	3,24	4,43	2,88	4,35	3,46	5,61
PE	Pernambuco	3,16	4,76	2,45	3,88	3,57	4,84	3,46	5,57
AL	Alagoas	2,40	4,36	2,37	4,41	2,22	3,77	2,61	4,89
SE	Sergipe	3,46	5,73	3,46	5,48	3,38	5,36	3,55	6,35
BA	Bahia	2,73	4,71	2,78	4,35	2,85	4,54	2,56	5,25
MG	Minas Gerais	4,57	6,73	5,10	7,13	4,28	5,83	4,33	7,22
ES	Espírito Santo	4,62	6,96	4,85	7,19	4,68	6,05	4,34	7,63
RJ	Rio de Janeiro	5,59	7,52	4,68	6,11	6,31	7,93	5,78	8,54
SP	São Paulo	5,90	7,87	5,29	7,18	6,22	7,64	6,17	8,78
PR	Paraná	5,27	7,75	5,92	8,17	5,15	7,09	4,74	8,00
SC	Santa Catarina	6,22	8,25	8,34	9,12	5,02	7,05	5,29	8,57
RS	Rio Grande do Sul	5,66	7,48	6,62	7,98	5,35	6,77	5,02	7,68
MS	Mato Grosso do Sul	4,62	6,54	4,50	6,32	4,86	6,35	4,50	6,94
MT	Mato Grosso	4,09	6,30	4,75	6,31	4,32	6,23	3,19	6,36
GO	Goiás	4,22	6,39	4,34	6,48	4,28	6,06	4,04	6,65
DF	Distrito Federal	5,90	8,16	3,01	4,49	7,91	9,98	6,78	10,00

Fontes: Tabelas II a IV deste Anexo. Ver o Anexo Metodológico.

Tabela II – O IIS e seus subcomponentes, 2001 e 2008, I (Componente Emprego e Renda)

SIGLA	Unidade Espacial	Taxa de		Grau de formaliza-		Proporção de		Coeficiente de	
		Ocupação, % ¹		ção do emprego, % ²		Não pobres, % ³		Igualdade ⁴	
		2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008
BR	BRASIL⁵	90,65	92,86	56,49	61,88	64,92	77,23	0,412	0,457
BRR	BRASIL RURAL ⁵	97,88	97,87	31,76	39,72	57,93	75,74	0,460	0,503
BRU	BRASIL URBANO	90,35	92,71	55,19	61,30	68,26	80,06	0,440	0,484
BRM	BRASIL METROPOLITANO	87,30	90,59	65,42	68,79	62,53	72,93	0,420	0,454
NO	Norte	90,44	93,50	41,37	47,53	58,89	74,87	0,438	0,491
NOR	Norte Rural	...	97,99	...	34,61	...	82,29	...	0,514
NOU	Norte Urbano	91,06	92,34	39,38	49,09	60,31	72,95	0,446	0,499
NOM	Norte Metropolitano	85,87	91,48	53,55	52,38	55,86	72,01	0,420	0,478
NE	Nordeste	91,27	92,48	39,62	44,94	49,25	64,54	0,404	0,444
NER	Nordeste Rural	97,74	97,61	19,51	25,22	46,27	64,73	0,509	0,522
NEU	Nordeste Urbano	89,13	91,82	38,69	43,90	51,43	66,09	0,438	0,467
NEM	Nordeste Metropolitano	86,06	87,22	56,95	60,41	47,89	60,29	0,384	0,424
SD	Sudeste	89,15	92,24	63,74	69,30	70,58	81,31	0,442	0,489
SDR	Sudeste Rural	97,10	97,57	39,53	50,98	70,89	85,85	0,465	0,535
SDU	Sudeste Urbano	89,77	92,64	63,43	69,53	76,70	87,46	0,467	0,515
SDM	Sudeste Metropolitano	87,05	91,00	67,47	71,17	63,93	73,86	0,439	0,475
SU	Sul	93,47	95,07	65,47	69,54	82,13	92,21	0,458	0,509
SRR	Sul Rural	98,98	98,65	49,40	58,52	77,48	92,58	0,497	0,561
SUU	Sul Urbano	92,58	94,59	66,07	70,11	84,60	93,55	0,481	0,525
SUM	Sul Metropolitano	90,99	93,73	69,20	71,73	79,67	88,94	0,441	0,486
CO	Centro-Oeste	91,15	92,55	48,67	59,42	62,22	76,20	0,410	0,438
COR	Centro-Oeste Rural	97,88	98,49	37,76	48,79	66,69	84,85	0,496	0,534
COU	Centro-Oeste Urbano	91,23	92,45	47,04	58,66	62,17	76,34	0,442	0,482
COM	Centro-Oeste Metropolitano	85,51	88,92	61,57	67,51	59,21	70,25	0,384	0,385
RO	Rondônia	91,24	93,84	51,24	54,95	67,60	82,60	0,459	0,507
AC	Acre	92,25	93,78	45,53	54,14	62,32	72,60	0,378	0,444
AM	Amazonas	89,76	91,55	52,08	58,45	57,98	72,65	0,434	0,491
RR	Roraima	91,45	93,86	27,32	39,85	66,71	77,15	0,473	0,470
PA	Pará	90,02	94,64	38,15	42,38	54,80	73,28	0,446	0,499
AP	Amapá	81,99	85,14	55,78	50,17	79,24	77,49	0,537	0,552
TO	Tocantins	93,96	94,95	24,94	38,67	57,99	79,61	0,402	0,459
MA	Maranhão	93,21	94,61	29,91	39,93	46,71	64,23	0,427	0,482
PI	Piauí	94,47	95,98	30,50	35,79	51,02	67,07	0,402	0,421
CE	Ceará	92,92	93,77	37,28	43,99	47,58	66,07	0,390	0,461
RN	Rio Grande do Norte	92,25	92,72	43,20	50,72	59,42	72,90	0,420	0,450
PB	Paraíba	92,23	93,24	41,41	40,94	50,98	67,00	0,407	0,415
PE	Pernambuco	89,94	90,37	44,33	49,26	45,47	57,20	0,391	0,437
AL	Alagoas	88,95	93,07	43,19	50,56	46,83	59,68	0,398	0,424
SE	Sergipe	88,38	92,32	50,33	54,02	55,54	70,59	0,436	0,464
BA	Bahia	90,02	90,95	39,44	43,99	50,27	65,41	0,412	0,443
MG	Minas Gerais	90,61	93,90	55,25	63,28	71,58	83,37	0,447	0,489
ES	Espírito Santo	91,01	94,16	54,09	59,01	72,67	86,59	0,415	0,487
RJ	Rio de Janeiro	87,78	90,44	64,72	67,60	69,26	78,26	0,436	0,465
SP	São Paulo	88,78	91,91	67,74	73,23	70,42	80,97	0,459	0,507
PR	Paraná	92,33	95,42	61,59	67,64	77,33	90,92	0,442	0,505
SC	Santa Catarina	95,83	95,47	72,20	75,52	89,67	95,91	0,505	0,537
RS	Rio Grande do Sul	93,27	94,51	65,18	67,85	82,65	91,38	0,450	0,499
MS	Mato Grosso do Sul	91,24	92,61	53,29	62,06	62,62	76,74	0,437	0,476
MT	Mato Grosso	94,02	94,22	42,11	56,18	65,27	78,03	0,437	0,461
GO	Goiás	91,96	93,21	44,89	56,55	61,73	77,55	0,443	0,494
DF	Distrito Federal	85,51	88,92	61,57	67,51	59,21	70,25	0,384	0,385

Fontes: IBGE, Pnads de 2001 e 2008 (Tabulações especiais).

Notas:

1) Percentual de pessoas ocupadas na PEA.

2) Empregados com carteira assinada como percentual dos empregados remunerados (exclusive servidores públicos e militares).

3) Percentual de pobres (renda familiar per capita). Ver ROCHA.

4) O complemento para 1 do Coeficiente de Gini (renda familiar per capita).

5) Exclusive a população rural dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Tabela III– O IIS e seus subcomponentes, 2001 e 2008, II (Componente Educação e Conhecimento)

SIGLA	Unidade Espacial	Taxa de		Pessoas com 4 anos		Pessoas com 9 anos		Pessoas com 12 anos	
		Alfabetização, % ¹		ou mais de estudo, % ²		ou mais de estudo, % ³		ou mais de estudo, % ⁴	
		2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008
BR	BRASIL⁵	87,62	90,04	58,77	68,00	31,81	43,53	10,25	14,05
BRR	BRASIL RURAL ⁵	70,32	75,48	26,90	41,19	7,11	15,99	1,16	2,96
BRU	BRASIL URBANO	88,22	90,64	59,52	69,02	32,22	44,46	9,85	13,88
BRM	BRASIL METROPOLITANO	94,13	95,51	71,35	78,26	41,49	53,86	14,69	19,07
NO	Norte	88,77	89,27	62,34	66,73	33,47	41,56	6,70	9,97
NOR	Norte Rural	...	80,38	...	45,67	...	19,26	...	3,00
NOU	Norte Urbano	87,82	90,61	60,46	70,32	31,89	45,43	6,17	11,40
NOM	Norte Metropolitano	95,79	95,83	75,37	80,42	43,49	55,04	9,83	13,30
NE	Nordeste	75,76	80,59	45,80	58,76	23,63	35,23	5,63	8,71
NER	Nordeste Rural	59,15	65,47	20,03	35,29	5,38	12,90	0,56	1,75
NEU	Nordeste Urbano	78,73	83,31	50,26	62,78	26,25	38,77	6,02	9,69
NEM	Nordeste Metropolitano	89,99	92,07	68,24	77,05	40,08	52,58	11,04	14,42
SD	Sudeste	92,49	94,19	64,47	72,23	36,25	48,31	12,81	16,62
SDR	Sudeste Rural	79,24	83,44	30,65	44,10	9,21	18,69	1,86	4,22
SDU	Sudeste Urbano	92,14	93,65	62,74	70,51	34,10	46,70	11,86	15,21
SDM	Sudeste Metropolitano	94,86	96,25	71,39	77,95	41,55	54,01	15,42	19,77
SU	Sul	92,92	94,55	62,66	71,51	31,56	43,94	11,34	16,60
SRR	Sul Rural	87,88	90,59	39,25	51,04	8,38	18,88	1,70	4,52
SUU	Sul Urbano	93,11	94,63	64,78	73,22	34,45	46,92	12,34	17,85
SUM	Sul Metropolitano	95,73	96,62	73,00	79,32	39,95	51,50	15,47	20,83
CO	Centro-Oeste	89,78	91,82	61,16	71,17	33,13	45,91	10,53	15,96
COR	Centro-Oeste Rural	81,35	84,03	34,84	46,81	9,24	18,74	1,83	3,89
COU	Centro-Oeste Urbano	90,07	91,96	61,97	71,85	33,00	45,65	9,74	14,86
COM	Centro-Oeste Metropolitano	94,47	95,98	76,25	83,20	50,22	63,31	19,87	27,50
RO	Rondônia	89,81	90,83	59,32	61,23	28,05	35,24	7,86	10,46
AC	Acre	83,27	86,23	58,22	65,53	35,05	43,42	11,66	14,71
AM	Amazonas	92,26	91,72	69,42	71,63	40,30	49,43	7,05	11,24
RR	Roraima	88,52	90,74	58,07	75,03	31,32	53,29	4,70	13,91
PA	Pará	88,83	88,14	61,36	64,61	32,00	37,43	6,17	7,71
AP	Amapá	92,85	95,89	76,99	80,21	45,24	54,51	7,20	13,74
TO	Tocantins	81,51	85,62	51,50	64,55	25,32	41,89	5,70	13,35
MA	Maranhão	76,60	80,54	42,54	57,79	21,88	33,11	3,55	7,16
PI	Piauí	70,59	75,67	39,56	53,03	21,13	31,23	5,78	9,96
CE	Ceará	75,19	80,94	47,03	61,09	22,59	35,53	5,90	8,95
RN	Rio Grande do Norte	75,82	80,01	51,63	60,30	26,99	38,13	7,11	10,33
PB	Paraíba	72,83	76,51	40,86	54,77	22,07	33,10	7,21	9,67
PE	Pernambuco	78,03	82,14	49,65	60,77	26,26	36,21	7,61	9,56
AL	Alagoas	69,40	74,26	38,25	51,36	18,50	28,54	5,23	8,49
SE	Sergipe	78,57	83,13	50,03	64,06	26,99	40,18	5,88	10,82
BA	Bahia	77,18	82,70	46,46	59,35	24,12	36,81	4,31	7,56
MG	Minas Gerais	88,32	91,35	55,32	64,69	28,81	39,50	8,47	12,64
ES	Espírito Santo	88,55	91,19	59,05	67,44	31,66	42,54	9,30	12,47
RJ	Rio de Janeiro	94,36	95,56	70,85	76,80	39,53	51,82	13,96	19,09
SP	São Paulo	94,02	95,26	66,69	74,44	38,75	51,55	14,63	17,85
PR	Paraná	91,35	93,43	57,77	69,15	32,61	45,64	11,93	17,64
SC	Santa Catarina	94,06	95,59	60,13	69,19	31,72	45,17	10,37	17,15
RS	Rio Grande do Sul	93,75	95,03	68,49	75,06	30,52	41,65	11,30	15,33
MS	Mato Grosso do Sul	89,75	91,88	59,21	67,11	30,99	41,44	10,54	14,80
MT	Mato Grosso	88,81	90,45	56,48	68,84	27,57	41,90	8,80	13,77
GO	Goiás	88,33	90,69	58,03	68,75	29,71	42,13	7,56	12,48
DF	Distrito Federal	94,47	95,98	76,25	83,20	50,22	63,31	19,87	27,50

Fontes: IBGE, Pnads de 2001 e 2008 (Tabulações especiais).

- Notas:
- 1) Percentual de pessoas alfabetizadas na população de 15 anos ou mais.
 - 2) Percentual das pessoas com 4 anos ou mais de estudo na população de 15 anos ou mais.
 - 3) Percentual das pessoas com 9 anos ou mais de estudo na população de 20 anos ou mais.
 - 4) Percentual das pessoas com 12 ou mais anos de estudo na população de 24 anos ou mais.
 - 5) Exclui a população rural dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Tabela IV– O IIS e seus subcomponentes, 2001 e 2008, III (Componente Informação e Comunicação)

SIGLA	Unidade Espacial	% dos domicílios com:							
		Microcomputador		Internet		Televisão		Telefone ¹	
		2001	2008	2001	2008	2001	2008	2001	2008
BR	BRASIL²	12,58	31,18	8,54	23,83	89,06	95,13	58,89	82,05
BRR	BRASIL RURAL ²	1,00	6,16	0,37	2,59	63,22	82,44	12,68	48,41
BRU	BRASIL URBANO	11,13	31,18	7,04	23,22	91,51	96,62	59,89	84,52
BRM	BRASIL METROPOLITANO	19,85	42,00	14,44	34,04	96,05	98,15	76,87	92,54
NO	Norte	6,50	17,35	3,99	10,64	86,13	89,98	51,56	72,36
NOR	Norte Rural	...	4,65	...	1,69	...	68,95	...	38,57
NOU	Norte Urbano	5,88	19,82	3,44	12,08	87,08	95,47	50,42	80,04
NOM	Norte Metropolitano	10,26	25,68	6,91	17,89	93,44	97,35	66,18	89,44
NE	Nordeste	5,23	15,73	3,55	11,63	78,39	91,68	35,94	66,77
NER	Nordeste Rural	0,36	1,81	0,05	0,86	51,52	78,91	4,55	35,23
NEU	Nordeste Urbano	5,06	17,27	3,18	12,36	86,83	95,51	40,49	72,38
NEM	Nordeste Metropolitano	11,98	28,30	9,04	22,47	92,55	97,33	65,60	90,08
SD	Sudeste	17,31	39,98	12,02	31,52	94,42	97,63	70,55	88,90
SDR	Sudeste Rural	1,66	11,14	0,92	5,22	76,25	91,38	16,90	59,97
SDU	Sudeste Urbano	15,00	38,97	9,70	29,67	94,27	97,56	69,72	89,17
SDM	Sudeste Metropolitano	22,02	44,94	16,06	37,00	97,29	98,55	79,43	92,56
SU	Sul	13,88	38,45	8,75	28,57	92,29	96,38	64,84	89,84
SRR	Sul Rural	1,95	13,60	0,71	5,01	81,70	90,60	29,35	73,96
SUU	Sul Urbano	14,51	40,98	8,74	31,18	94,00	97,35	68,30	91,36
SUM	Sul Metropolitano	19,71	46,37	13,63	35,61	94,97	97,38	78,76	95,09
CO	Centro-Oeste	10,65	30,92	7,35	23,50	88,52	94,62	59,92	87,86
COR	Centro-Oeste Rural	1,14	6,83	0,08	2,74	64,01	83,29	16,39	63,02
COU	Centro-Oeste Urbano	8,71	29,13	5,72	21,48	91,05	95,48	61,73	89,65
COM	Centro-Oeste Metropolitano	25,50	54,17	19,33	45,43	96,28	98,67	84,64	97,20
RO	Rondônia	6,64	20,30	3,92	14,83	87,65	89,93	55,80	73,32
AC	Acre	9,42	21,72	6,84	16,46	89,06	90,10	65,04	77,31
AM	Amazonas	9,69	22,42	5,93	12,43	91,72	93,38	66,53	74,95
RR	Roraima	3,47	19,76	2,40	13,87	89,33	92,88	59,99	73,07
PA	Pará	5,92	14,49	3,53	8,21	87,31	88,62	46,44	70,79
AP	Amapá	3,48	16,31	2,71	8,88	95,55	98,36	62,09	73,15
TO	Tocantins	4,01	15,67	2,11	11,29	65,90	85,53	29,82	70,99
MA	Maranhão	2,64	11,41	1,70	7,77	67,02	86,53	30,11	54,32
PI	Piauí	3,48	11,72	2,04	7,90	67,20	86,33	30,99	56,05
CE	Ceará	5,00	14,85	3,38	10,96	81,90	93,43	33,45	70,58
RN	Rio Grande do Norte	5,86	19,96	4,26	13,43	84,88	95,33	42,04	74,31
PB	Paraíba	5,81	15,65	4,00	12,12	87,74	95,32	36,83	72,24
PE	Pernambuco	6,79	16,38	4,62	11,94	84,27	94,15	43,28	72,78
AL	Alagoas	5,28	12,64	2,95	9,40	77,31	92,63	32,01	60,13
SE	Sergipe	5,96	22,05	3,93	15,55	86,54	96,00	44,18	82,94
BA	Bahia	5,36	17,26	3,82	13,52	74,86	89,83	34,27	64,32
MG	Minas Gerais	10,36	31,46	6,32	23,26	89,23	96,21	57,64	82,80
ES	Espírito Santo	11,14	33,11	7,55	26,51	88,13	96,97	56,11	86,77
RJ	Rio de Janeiro	17,20	40,92	12,43	33,39	97,36	98,40	70,26	89,85
SP	São Paulo	21,11	44,20	14,87	35,09	96,14	98,04	77,88	91,59
PR	Paraná	13,66	39,57	8,63	29,85	90,32	95,34	60,43	87,23
SC	Santa Catarina	15,80	43,34	10,12	33,47	94,17	97,69	66,47	89,36
RS	Rio Grande do Sul	13,09	34,80	8,15	24,76	93,09	96,65	67,93	92,50
MS	Mato Grosso do Sul	8,97	27,98	6,20	20,04	90,97	94,38	62,93	91,07
MT	Mato Grosso	7,36	26,13	4,76	20,60	79,51	89,61	43,58	79,77
GO	Goiás	7,07	25,10	4,35	17,47	88,86	95,57	56,92	86,88
DF	Distrito Federal	25,50	54,17	19,33	45,43	96,28	98,67	84,64	97,20

Fontes: IBGE, Pnads de 2001 e 2008 (Tabulações especiais).

Notas:

1) Com pelo menos um telefone fixo ou celular.

2) Excluída a população rural dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ADLER, Mortimer J & GORMAN, William, eds. (1952). *The great ideas: a syntopicon of great books of the western world*. Chicago, Britannica, 1952, 2v.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de & PESSOA, Antonio, 2009. O IDS: análise da evolução social do Brasil (atualização para 2008). Em VELLOSO, João Paulo dos Reis, coord., *Teatro mágico da cultura, crise global e oportunidades para o Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, p. 593-642 [Anexo – o Índice de Desenvolvimento Social, IDS, 1970-2008].
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de, 2005. A questão social: balanço de cinco décadas e agenda para o futuro. Em VELLOSO, João Paulo dos Reis & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de, coords., *Cinco décadas de questão social e os grandes desafios do crescimento sustentado*. Rio de Janeiro, José Olympio, p.63-177. A BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo, Edições Paulinas, 1986.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de, 2008. O IDS, 1970-2007: ferramenta de análise da evolução social do Brasil, suas regiões e estados. Em VELLOSO, João Paulo dos Reis, coord., *O Brasil e a economia criativa – um novo mundo nos trópicos*. Rio de Janeiro, José Olympio, p. 543-99.
- ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de, 2009. Proteção social e geração de oportunidades. Em CARDOSO JR., José Celso, org., *Desafios ao desenvolvimento brasileiro: contribuições do Conselho de Orientação do Ipea*. Brasília, Ipea, p.153-88.
- HIGNETT, Charles, 1967. *A history of the Athenian constitution to the end of the fifth century b.C*. Londres, Oxford.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002 e 2009). *Pnads (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios)*. Rio de Janeiro.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010). Ipeadata macroeconômico, séries históricas, contas nacionais, PIB per capita (R\$ de 2009), 1990-2009. www.ipeadata.gov.br.
- KANT, Immanuel *The science of right* (1797). Trad. de W. Hastie, Great Books, 42, Chicago, Britannica, 1952.
- MILL, John Stuart *Representative government* (1861). Great Books 43, Chicago, Britannica, 1952.
- MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat, baron de La Brède et de (1748) *De l'esprit des lois*. Paris, Gallimard, 1995 (texto de 1758), 2 v., parte I, livro II, capítulo 2, p. 39.
- ROCHA, Sonia. Proporção de pobres e coeficiente de Gini, Brasil, regiões e estados, 2001 e 2008. Tabulações especiais das Pnads (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios, IBGE).
- THE FEDERALIST*. (1787-8) HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. Great Books 43, Chicago, Britannica, 1952.
- TUCÍDIDES, V séc. a.C. *The history of the peloponnesian war*. Trad. Richard Crawley, Great Books, Chicago, Britannica, 1952.
- VELLOSO, João Paulo dos Reis, coord., 2008. *O Brasil e a economia criativa: um novo mundo nos trópicos*. Rio de Janeiro, José Olympio.